Salto, 10 de novembro de 2026

RELATÓRIO Nº 32

RELATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO 2º SEMESTRE DE 2026 – 09 DE NOVEMBRO DE 2026.

INTRODUÇÃO

Na segunda-feira, dia 09 de novembro, os vereadores da Câmara de Salto receberam o secretário municipal de defesa social, Nicolau Iusif Santarém, para prestação de contas - em atendimento à Lei Orgânica do Município (LOM), que em seu artigo 73, parágrafo 4º – acrescido pela Emenda à LOM nº 01/2021

O presidente da Câmara da Estância Turística de Salto, vereador Clayton Aparecido dos Santos, conduziu a audiência, que contou com a presença dos vereadores Almir de Melo Santos, Antônio Moreira Sobrinho, Arildo Guadagnini, Edemilson Pereira dos Santos, Edival Pereira Rosa, Graziela Costa Leite, Henrique Balseiros Chamosa Neto, Luzia de Fátima Izidório Vidal, Michel Oliveira Rodrigues da Silva e Rogério dos Santos Filho.

Síntese da Reunião

O Secretário Municipal de Defesa Social, Nicolau Iusif Santarém, iniciou a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela pasta, com destaque para os serviços prestados pela Guarda Civil Municipal (GCM), pelo Departamento de Trânsito e Transporte, pela Junta de Serviço Militar e pela Defesa Civil.

Em relação à Guarda Civil Municipal, apresentou os índices de atendimentos registrados no semestre. Foram contabilizados 30 atendimentos de acidentes de trânsito com vítimas, um a mais que no semestre anterior, e 28 atendimentos de acidentes sem vítimas, representando uma pequena redução. O SOS Botão do Pânico, destinado a comerciantes, produtores rurais e demais pessoas credenciadas junto à Guarda Civil Municipal, registrou 18 acionamentos. Já o SOS Botão Maria da Penha contabilizou 25 acionamentos, número inferior ao do semestre anterior. O secretário esclareceu que esse dispositivo é destinado exclusivamente às mulheres vítimas de violência que possuem medidas protetivas contra seus agressores. Ressaltou, ainda, que as vítimas dos feminicídios registrados no município não possuíam medidas protetivas em vigor nem estavam vinculadas ao sistema de acionamento do botão do pânico.

A Guarda Civil Municipal também registrou 11 ocorrências de ameaça, 36 atendimentos envolvendo animais em situação de risco e uma ocorrência de apreensão de objetos relacionados a entorpecentes, mantendo o mesmo índice do semestre anterior. Foram realizados 56 apoios a

ambulâncias, 146 apoios a eventos, 13 apoios ao Ministério Público, 16 apoios à Polícia Civil, oito apoios à Polícia Militar e 34 apoios ao Poder Judiciário. Sobre o apoio ao Ministério Público, o secretário esclareceu que as solicitações estão relacionadas, principalmente, ao acompanhamento e cumprimento de mandados judiciais. Quanto ao Poder Judiciário, informou que o aumento dos atendimentos também foi influenciado pelas demandas relacionadas às eleições.

Foram registradas 85 ocorrências de averiguação, 216 atendimentos relacionados a averiguações e trânsito, com a elaboração de 55 autos de infração pela Guarda Civil Municipal, além de dez ocorrências de autolesão. No enfrentamento à criminalidade, foram contabilizadas nove ocorrências de atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas envolvendo adolescentes, 34 capturas de pessoas procuradas pela Justiça, em cumprimento a mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário, 35 ocorrências de desinteligência, 70 furtos, 13 ocorrências de localização e apreensão de veículos, 152 ocorrências de perturbação do sossego público, seis ocorrências de posse ou porte de entorpecentes, sete roubos, 212 ocorrências de recolhimento de veículos, 48 ocorrências de tráfico de drogas e 48 ocorrências de violência doméstica.

Sobre a fiscalização na região central, o secretário informou que as operações haviam sido reduzidas em razão da diminuição das solicitações e da presença frequente da Guarda Municipal no local. Entretanto, diante da identificação de novas necessidades, anunciou a retomada das operações de fiscalização. Informou que a GCM realizou nove operações de saturação no período, resultando em duas apreensões de veículos, e que o comandante Cunha havia confirmado a retomada das ações na região central.

Em relação à Equipe Maria da Penha, o secretário explicou que a redução dos acionamentos do botão do pânico está relacionada ao acompanhamento preventivo realizado pelos integrantes da equipe, que visitam as mulheres cadastradas, verificam suas condições de segurança e repassam orientações. Informou que houve aumento no número de medidas protetivas no município, possivelmente em decorrência da maior conscientização da população e do crescimento dos registros de ocorrências. Destacou que a equipe acompanha aproximadamente 400 mulheres que possuem medidas protetivas e ressaltou a importância de que as vítimas registrem as ocorrências e solicitem medidas protetivas de urgência para que possam ser incluídas no acompanhamento. Comunicou, ainda, que a equipe deverá ser instalada no prédio da Secretaria de Ação Social, localizado no Largo da Igreja Matriz, após a conclusão das obras.

O secretário também relatou problemas enfrentados pelos motoristas do transporte coletivo, especialmente no terminal rodoviário, por volta das 23 horas, horário de circulação do último ônibus. Segundo informou, adolescentes que saem das escolas têm utilizado substâncias entorpecentes dentro dos

veículos, aberto as janelas de emergência e permanecido sentados nesses espaços, além de ameaçarem os motoristas quando são orientados a manter o comportamento adequado. Diante da situação, a Guarda Municipal, por meio da Divisão de Inteligência e da equipe responsável pela atuação preventiva, realizou reuniões e palestras durante três dias na garagem da empresa de transporte coletivo, com orientações aos motoristas. Como medida adicional, anunciou que será disponibilizado o botão do pânico aos profissionais, permitindo o acionamento imediato da Guarda Municipal em situações que exijam intervenção da corporação.

Sobre a equipe Anjos da Vida, o secretário explicou que houve redução no número de palestras e de alunos atendidos em razão do afastamento de uma integrante da equipe, que passou por procedimento cirúrgico e permaneceu em licença durante parte do semestre. Informou que foram realizadas quatro palestras, alcançando aproximadamente 150 alunos. As atividades abordaram os temas respeito às diferenças, segurança nos jogos on-line, prevenção ao uso de drogas, bullying, inclusão, convivência harmoniosa, uso consciente da internet, privacidade digital e cyberbullying. Acrescentou que a viatura utilizada pela equipe também foi empregada no patrulhamento da cidade durante o período.

Na apresentação das atividades do Departamento de Trânsito e Transporte, informou que foram emitidos 302 cartões de estacionamento para idosos e 184 cartões destinados a pessoas com deficiência ou necessidades especiais. Também foram concedidos 14 alvarás para vans e 20 alvarás para táxis. Quanto aos repasses da empresa de estacionamento rotativo ao município, informou o montante de R$ 408.734,71 no período, distribuído da seguinte maneira: R$ 88 mil em junho, R$ 94 mil em julho, R$ 78 mil em agosto, R$ 73 mil em setembro e R$ 73 mil em outubro.

Em relação às multas de trânsito, foram registradas 60.056 autuações no segundo semestre, que geraram aproximadamente R$ 895 mil em arrecadação aos cofres públicos. Quanto à sinalização viária, foram aplicados 1.360 m² de sinalização com tinta quente e 9.120 m² com tinta fria, abrangendo divisões de vias, faixas de pedestres e demais demarcações. Sobre os veículos abandonados, informou que apenas quatro foram recolhidos no período, em razão das dificuldades para utilização dos pátios credenciados provisoriamente pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), que alegam superlotação. Como solução, informou que a Secretaria trabalha para viabilizar, no ano seguinte, a concessão de um serviço municipal de remoção e guarda de veículos, permitindo ampliar o recolhimento e a retirada dos veículos abandonados das vias públicas.

O Departamento de Trânsito também realizou oito blitze educativas, em parceria com a Via APPIA e o Detran, abordando e orientando aproximadamente 120 veículos. O secretário esclareceu que o número foi inferior ao do semestre anterior porque, durante o Maio Amarelo, foram realizadas aproximadamente 900 abordagens em um único mês.

Sobre o transporte público municipal, informou que a frota permanece composta por 42 veículos, distribuídos em 13 linhas, com 524 pontos de ônibus e 231 abrigos. O subsídio pago pela Prefeitura no semestre totalizou R$ 4.878.120,00, enquanto a empresa apresentou uma cobrança calculada em R$ 5.183.776,00, considerando a tarifa técnica estabelecida na regulamentação da lei municipal do subsídio. Esclareceu que a legislação estabelece o limite de R$ 1 milhão mensal de pagamento pelo município. Informou que os bairros Barnabé e Smart City ainda não são atendidos pelo transporte coletivo, pois a ampliação das linhas depende da disponibilidade de veículos e horários. Em contrapartida, foi possível estender o atendimento ao Recanto do Guaraú, Novo São Pedro e São Paulo, aproveitando o intervalo existente na programação de uma linha.

Em relação à Junta de Serviço Militar, informou que 838 jovens realizaram o alistamento no primeiro semestre. Esclareceu que aqueles que não efetuaram o procedimento no prazo inicial também podem procurar a Junta Militar posteriormente, inclusive pessoas maiores de 18 anos provenientes de outros estados que necessitam regularizar sua situação militar para ingresso em concursos públicos ou obtenção de emprego.

Quanto à Defesa Civil, relatou a participação da equipe no Congresso Internacional de Resiliência Climática, promovido pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, com destaque para as discussões relacionadas ao fenômeno El Niño. Informou que o Plano de Contingência do município está praticamente finalizado e que o documento estabelece procedimentos e ações a serem adotados pelos diferentes órgãos municipais em situações de emergência. Também comunicou que Salto recebeu um caminhão-tanque da Defesa Civil Estadual, com capacidade para 12 mil litros, passando a contar com dois veículos destinados a essas atividades, sendo o outro com capacidade para 4.500 litros, anteriormente utilizado pelo Corpo de Bombeiros. Os veículos estão sendo empregados no combate a incêndios e em serviços de limpeza de vias públicas.

No levantamento das ocorrências atendidas pela Defesa Civil, foram registradas uma remoção de abelhas, cinco atendimentos relacionados a quedas de árvores, 19 vistorias em áreas de risco, 20 ocorrências de fogo em vegetação, 19 vistorias em imóveis e pontes, quatro apoios a eventos, um apoio à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e 13 alagamentos. Sobre a remoção de abelhas, esclareceu que a atividade não constitui atribuição principal da Defesa Civil, mas que a equipe presta apoio quando solicitada, mesmo sem possuir os equipamentos específicos necessários, considerando que essa atividade compete prioritariamente ao setor de Zoonoses da Secretaria de Meio Ambiente.

O secretário também apresentou informações sobre as emendas impositivas destinadas à Secretaria de Defesa Social. Destacou a emenda do vereador Edival Pereira Rosa, destinada à aquisição de materiais para a Polícia Civil; a emenda do vereador Henrique Balseiros, destinada à aquisição de

placas balísticas para os coletes da Guarda Civil Municipal; e a emenda da vereadora Graziela Costa Leite, destinada à aquisição de notebook, impressora e materiais para a equipe Anjos da Vida. Agradeceu aos parlamentares pelas destinações e informou que havia uma emenda parlamentar estadual de R$ 200 mil, do deputado Danilo Balas, ainda pendente de liberação pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Os procedimentos que competiam à Secretaria Municipal já haviam sido realizados, e os recursos seriam utilizados na aquisição de equipamentos não letais para a Guarda Civil Municipal. Por fim, apresentou os valores estimados para a instalação de abrigos de ônibus: entre R$ 19 mil e R$ 20 mil para modelos simples com proteção lateral e traseira e entre R$ 22 mil e R$ 23 mil para modelos com fechamento em acrílico transparente.

O vereador Clayton Aparecido dos Santos questionou a existência de planejamento para permitir o estacionamento de veículos nos dois lados da Avenida 9 de Julho durante o período de funcionamento ampliado do comércio nas campanhas de Natal, quando os estabelecimentos permanecem abertos até as 22 horas. Também perguntou sobre a nova data para apresentação do estudo do transporte público municipal, que seria realizada pela empresa, mas não ocorreu em razão da ausência da representante. Por fim, solicitou informações sobre os avanços jurídicos relacionados ao recolhimento de carros, carretas e reboques abandonados nas vias públicas.

Em resposta, o secretário informou que a manifestação da Secretaria sobre o estacionamento na Avenida 9 de Julho já havia sido encaminhada à Assessoria Técnico-Legislativa (ATL), para elaboração de decreto autorizando a medida, conforme procedimento semelhante ao adotado anteriormente. Sobre o estudo do transporte público, afirmou que também havia sido surpreendido com a ausência da empresa e que não dispunha de uma nova data, mas que a apresentação deveria ocorrer ainda naquele ano. Quanto aos veículos abandonados, estimou a existência de aproximadamente 600 unidades nessa situação no município e reiterou que a solução depende da concessão de um serviço municipal de remoção e guarda, manifestando a intenção de ampliar significativamente os recolhimentos após a implantação do serviço.

A vereadora Luzia Vidal questionou as ações desenvolvidas pela Secretaria de Defesa Social para prevenir a violência doméstica e os feminicídios, proteger e acompanhar mulheres em situação de risco. Também solicitou informações sobre a rede municipal de acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, a quantidade de atendimentos realizados nos últimos 12 meses e os serviços oferecidos para promover autonomia e segurança. Perguntou, ainda, sobre a possível transferência da Delegacia de Defesa da Mulher para o novo prédio da Secretaria de Ação Social, a capacidade de atendimento da unidade policial no município, a ampliação do monitoramento por câmeras nos estabelecimentos comerciais e as ações previstas para reduzir a criminalidade nos bairros.

O secretário respondeu que a Guarda Municipal, por meio da Equipe Maria da Penha, acompanha as mulheres que possuem medidas protetivas, realizando visitas às residências e orientações, exceto quando a própria vítima solicita que as visitas não sejam realizadas. Informou que aproximadamente 400 mulheres são acompanhadas pela equipe e que a corporação também busca intensificar o policiamento preventivo. Ressaltou, entretanto, que a atuação da equipe depende do registro da ocorrência e da existência de medida protetiva, pois não há como identificar previamente todas as situações de violência doméstica.

Sobre a rede de acolhimento e os serviços voltados à autonomia das mulheres, esclareceu que essas atividades não pertencem diretamente à competência da Secretaria de Defesa Social, recomendando que as informações fossem solicitadas à Secretaria de Ação Social. Quanto à Delegacia de Defesa da Mulher e à capacidade de atendimento da Polícia Civil, informou que não poderia prestar esclarecimentos, por se tratar de órgão estadual subordinado à Secretaria de Segurança Pública, embora tenha ressaltado que a Guarda Municipal e a Prefeitura prestam apoio à Polícia Civil sempre que solicitadas.

Em relação ao monitoramento por câmeras, lembrou que a vereadora havia participado de reunião na Prefeitura sobre o projeto de compartilhamento de imagens com a Guarda Municipal. Reiterou a disponibilidade da Secretaria para participar de reuniões com comerciantes de quaisquer bairros interessados em aderir à iniciativa, com o objetivo de ampliar a participação dos estabelecimentos comerciais no sistema.

O vereador Edemilson Pereira dos Santos solicitou informações sobre a chegada e a disponibilização das novas viaturas da Guarda Municipal, considerando a necessidade de instalação de equipamentos para o funcionamento adequado dos veículos. Também questionou o andamento do projeto de monitoramento por câmeras, aprovado pela Comissão Mista, e a previsão de concurso público para ampliar e reestruturar o efetivo da Guarda Municipal e do Departamento de Trânsito. Pediu esclarecimentos sobre as ações de enfrentamento ao tráfico de drogas e ao crime organizado, bem como destacou a necessidade de manutenção da sinalização viária, solicitando atenção para uma placa de identificação localizada na Avenida Hilário Ferrari, na região de Santa Cruz, que estava virada havia alguns meses.

Em resposta, o secretário informou que oito novas viaturas já haviam chegado, com previsão de recebimento de outras quatro, destinadas à substituição dos veículos existentes. Ressaltou que a cidade não estava desprovida de viaturas para o patrulhamento. Sobre o monitoramento por câmeras, informou que o decreto regulamentador estava pronto e aguardava a assinatura do prefeito após a publicação da legislação municipal. Posteriormente, esclareceu que a assinatura ocorreria naquele dia e que já havia

comerciantes interessados em compartilhar imagens com a Guarda Municipal. Acrescentou que o projeto prevê o monitoramento de 136 faixas, e não 136 câmeras, como havia informado anteriormente, e que existe a intenção de ampliar o sistema, inclusive com equipamentos capazes de realizar reconhecimento facial.

Quanto ao concurso público, informou que a Secretaria trabalhava para viabilizar a realização no primeiro semestre do ano seguinte, abrangendo a Guarda Civil Municipal e os agentes de trânsito. Reconheceu que a falta de servidores compromete a fiscalização de trânsito e destacou a necessidade de ampliar o efetivo. Sobre o enfrentamento ao crime organizado e ao tráfico de drogas, afirmou que a Guarda Municipal mantém atuação permanente e cooperação com as polícias Civil e Militar, prestando apoio sempre que solicitada e permanecendo disponível para ações conjuntas. A respeito da placa de identificação na Avenida Hilário Ferrari, o diretor Rodrigo foi informado da solicitação para providenciar a correção.

O vereador Almir de Melo Santos não apresentou questionamentos, mas manifestou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Guarda Civil Municipal, pela Defesa Civil e pelo Departamento de Trânsito. Cumprimentou os servidores e destacou sua participação como voluntário da Defesa Civil, ressaltando a importância das atividades desenvolvidas pela equipe. O secretário agradeceu a manifestação.

O vereador Edival Pereira Rosa questionou a ausência de medidas mais efetivas para fiscalizar veículos abandonados, especialmente caminhões, carretas e reboques estacionados irregularmente em diferentes regiões do município. Citou problemas nos bairros Nações, Marília, São Judas e Nova Era, além da situação de veículos que permanecem abandonados em locais que oferecem riscos à circulação e à segurança da população. Sugeriu a realização de notificações aos proprietários e, em caso de descumprimento, a aplicação de multas. Também solicitou esclarecimentos sobre os valores do subsídio ao transporte coletivo, possíveis reajustes previstos contratualmente e a substituição da frota de ônibus pela empresa concessionária.

O secretário respondeu que a principal dificuldade para o recolhimento dos veículos é a falta de espaço nos pátios credenciados pelo Detran, que alegam superlotação e ausência de leilões dos veículos armazenados há anos. Explicou que, em alguns casos, também existem dificuldades para localizar os proprietários, o que impede a adoção imediata das providências necessárias. Reiterou que a Prefeitura trabalha para viabilizar a concessão municipal do serviço de remoção e guarda de veículos, o que permitirá o recolhimento e posterior leilão daqueles que não forem reclamados. Sugeriu, ainda, que os vereadores conversem com os proprietários dos pátios existentes para verificar a possibilidade de colaboração com o município.

Sobre o transporte coletivo, esclareceu que a Prefeitura não promoveu aumento do subsídio, uma vez que a legislação estabelece o limite de R$ 1 milhão mensal. Explicou que os valores apresentados pela empresa correspondem aos custos calculados com base na tarifa técnica, que permanece congelada desde a regulamentação da lei do subsídio. A diferença entre os valores mensais apresentados decorre das variações na demanda de passageiros e na quilometragem percorrida, e não de reajustes promovidos pela Prefeitura. Citou como exemplo o aumento do número de passageiros em dias de eleições e a gratuidade do transporte aos domingos, cujo custo continua sendo contabilizado para o município. Acrescentou que eventual cobrança de diferenças pela empresa deverá ser analisada e respondida pela Prefeitura sob os aspectos técnico e jurídico. Sobre a renovação da frota, informou que a empresa está realizando a substituição dos veículos e que estão sendo recebidos 21 ônibus dos anos de fabricação 2022 e 2023, mantendo a idade média da frota abaixo do limite estabelecido contratualmente.

O vereador Arildo Guadagnini questionou a possibilidade de a Prefeitura custear a defesa jurídica de guardas municipais que respondam a procedimentos ou processos em razão de ocorrências relacionadas ao exercício de suas funções. Relatou a situação ocorrida no Jardim União, na quinta-feira anterior, e observou que, atualmente, o servidor precisa arcar com as despesas de sua própria defesa, mesmo quando atua no exercício legal de suas atribuições. Sugeriu que a Secretaria de Defesa Social, em conjunto com a Secretaria de Governo e o setor jurídico, estudasse a elaboração de um projeto de lei para permitir que o município oferecesse essa assistência jurídica.

O secretário considerou a proposta pertinente e manifestou-se favoravelmente à sua análise conjunta com a Secretaria de Governo. Como referência, relatou sua experiência anterior como delegado de polícia, período em que não recebeu assistência jurídica institucional do Governo do Estado, embora tenha ressaltado que a proposta apresentada pelo vereador merece ser estudada. O vereador informou que apresentaria uma indicação solicitando a adoção da medida.

O vereador Michel Oliveira Rodrigues da Silva retomou a questão dos veículos abandonados, destacando a diferença entre a estimativa de aproximadamente 600 veículos nessa situação no município e os quatro recolhimentos realizados no semestre. Ressaltou que a demanda é recorrente nos gabinetes parlamentares, citando especialmente a região do Madre Paulínia, e questionou quais medidas poderiam ser adotadas para ampliar o serviço até o final da gestão, em 2028, evitando o crescimento do número de veículos abandonados.

Também solicitou informações sobre a regulamentação da atividade dos taxistas, considerando as mudanças provocadas pela expansão dos serviços de transporte por aplicativo. Relatou que os profissionais reivindicam a possibilidade de alternar seus pontos de trabalho, podendo atuar em locais de maior movimento, como a rodoviária, a Rua Rui Barbosa, a Rua Barão do Rio Branco e a região do

cemitério. Informou que já havia apresentado a demanda à Secretaria de Governo, mas ainda não havia recebido retorno sobre a possibilidade de atualização da legislação municipal, que mencionou ser de 2014 ou 2015.

O vereador questionou, ainda, a previsão de implantação de lombadas, a quantidade instalada no município durante o ano e o planejamento para novas intervenções. Abordou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) relacionada à segurança pública, questionando possíveis mudanças na estrutura da Guarda Municipal, a elaboração de plano de carreira, a atualização salarial e a eventual obrigatoriedade de câmeras corporais. Perguntou quantos equipamentos desse tipo o município possui e quantos são utilizados diariamente. Por fim, solicitou maior detalhamento do orçamento da Secretaria de Defesa Social, para permitir o acompanhamento da aplicação dos recursos.

Em resposta, o secretário informou que a Secretaria apresentaria, na próxima prestação de contas, um detalhamento maior do orçamento da pasta. Sobre a PEC da Segurança Pública, esclareceu que a alteração da denominação da Guarda Municipal para Polícia Municipal não é obrigatória, cabendo a cada município avaliar essa possibilidade. Informou que já havia conversado com a direção da Guarda Municipal para conhecer a opinião dos integrantes da corporação. Quanto às câmeras corporais, declarou ser favorável à utilização dos equipamentos pelas forças policiais, mas esclareceu que o município não possui câmeras e não dispõe de previsão orçamentária para adquiri-las. Ressaltou que a implantação exige recursos não apenas para a compra, mas também para manutenção, operação, armazenamento das imagens e treinamento dos profissionais.

Sobre as lombadas, informou que não havia previsão orçamentária para novas instalações e que existiam aproximadamente 60 solicitações em análise. Explicou que a implantação depende de estudos técnicos e de articulação com os setores responsáveis pela execução das obras, não sendo uma decisão exclusiva da Secretaria de Defesa Social.

Quanto aos táxis, reconheceu a necessidade de discutir a atualização da legislação e informou que retomaria o assunto com a Secretaria de Governo. Ressaltou que existe dificuldade de fiscalização do cumprimento das regras atuais, pois alguns taxistas não permanecem nos pontos autorizados. Acrescentou que uma fiscalização rigorosa poderia resultar na perda de concessões e, por isso, considerou necessário construir um entendimento antes de adotar novas medidas.

Em relação aos veículos abandonados, reiterou que a solução depende da implantação do serviço municipal de remoção e guarda. Informou que a Prefeitura já dispõe de leiloeiro contratado, que poderá ser utilizado para a destinação dos veículos não reclamados. Explicou que a concessão depende de estudos de viabilidade econômica e financeira e que a Administração enfrentou dificuldades para avançar

no procedimento, inclusive em razão de questionamentos judiciais e perante o Tribunal de Contas em processos semelhantes. Acrescentou que havia recebido sinalização favorável para a contratação de uma empresa especializada na elaboração dos estudos necessários.

A vereadora Graziela Costa Leite apresentou questionamentos sobre o aumento da violência doméstica e dos feminicídios no município. Mencionou dados segundo os quais 71% dos casos de violência ocorreram dentro das residências e 44% das agressões foram praticadas por companheiros ou cônjuges das vítimas. Questionou quais medidas concretas estavam sendo adotadas pela Prefeitura para reduzir esses crimes, especialmente diante dos registros de quatro a cinco feminicídios em Salto. Também perguntou quais ações estavam sendo desenvolvidas para atender mulheres que ainda não conseguiram obter medidas protetivas e se havia integração entre o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Guarda Civil Municipal e a Secretaria de Ação Social, de modo a garantir acolhimento e acompanhamento às vítimas e suas famílias.

A vereadora também mencionou registros de aproximadamente 46 a 48 crianças vítimas de violência no município e solicitou esclarecimentos sobre as medidas adotadas para enfrentar essas ocorrências. Abordou a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 648/2024, que estabelece diretrizes nacionais para o uso de câmeras corporais por órgãos de segurança pública, incluindo as guardas municipais, e questionou quando o município incorporaria essa política ao planejamento e às diretrizes orçamentárias. Destacou a ausência de previsão de recursos específicos para programas de proteção às mulheres e para a implantação de câmeras corporais, defendendo a necessidade de maior planejamento e investimento do Executivo.

Em relação à infraestrutura e às mudanças climáticas, questionou quais providências estavam sendo adotadas para melhorar as condições de acesso aos bairros Maracajá e Arquidiocesano, que enfrentam dificuldades de circulação em períodos de chuva. Também solicitou informações sobre as medidas de prevenção aos alagamentos na região do Campo da Avenida, a existência de mapeamento das residências atingidas, a identificação das áreas mais vulneráveis e a previsão de recursos para intervenções preventivas. Perguntou, ainda, sobre a destinação dos valores arrecadados com a Zona Azul, que mencionou superar R$ 421 mil.

Por fim, defendeu a ampliação do efetivo da Guarda Municipal, considerando a população de aproximadamente 140 mil habitantes e a quantidade de servidores disponíveis. Ressaltou a importância de aumentar a participação feminina na corporação, inclusive em funções de chefia, e questionou a existência de políticas de incentivo à entrada de mulheres no próximo concurso público. Criticou as exigências do teste de aptidão física aplicadas no último concurso, considerando necessária a observância do princípio da isonomia e de critérios adequados às diferenças fisiológicas. Também destacou a

necessidade de melhorias no transporte coletivo e de ampliação dos abrigos de ônibus, lembrando que o projeto de lei de sua autoria denominado Adote um Equipamento Público não havia sido aprovado. Ao final, manifestou reconhecimento pela atuação do secretário, mas ressaltou que a execução das políticas públicas depende de recursos e de maior priorização por parte do Poder Executivo.

O secretário respondeu que a atuação da Guarda Municipal no enfrentamento à violência doméstica possui caráter essencialmente policial e preventivo. Explicou que a corporação realiza patrulhamento e, após o registro das ocorrências e a concessão das medidas protetivas, a Equipe Maria da Penha passa a acompanhar as vítimas, prestando orientações e realizando visitas. Ressaltou que a Guarda não consegue identificar previamente as situações de violência que ocorrem no interior das residências quando não há comunicação dos fatos às autoridades.

Sobre as ações de acolhimento, esclareceu que os serviços sociais, a oferta de oportunidades e o acompanhamento voltado à autonomia das mulheres são atribuições de outras secretarias, especialmente da Secretaria de Ação Social. Reafirmou que a Equipe Maria da Penha realiza palestras e orientações em instituições, empresas, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em outros locais, quando solicitada. Sobre a violência contra crianças, não apresentou dados ou medidas específicas, limitando-se a esclarecer os limites de atuação da Secretaria de Defesa Social.

Em relação às câmeras corporais, confirmou que a Secretaria possui conhecimento das diretrizes nacionais, mas afirmou que não as considera uma determinação automática de implantação. Reiterou que é favorável à utilização dos equipamentos, mas que a aquisição depende de planejamento, recursos financeiros, treinamento e estrutura para armazenamento das imagens. Sobre as condições de acesso aos bairros e as intervenções para prevenir alagamentos, esclareceu que essas questões não estão diretamente sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Social. Acrescentou que a Defesa Civil possui cadastramento dos imóveis e das regiões afetadas por problemas relacionados à água, sendo responsável pelas vistorias, avaliações e ações de socorro, enquanto as intervenções estruturais dependem de outras secretarias.

Quanto à Zona Azul, informou que os recursos arrecadados são destinados ao pagamento da empresa responsável pelos serviços de sinalização viária horizontal e vertical e pela manutenção dos semáforos, uma vez que os valores devem ser aplicados em atividades relacionadas ao trânsito.

Sobre a participação feminina na Guarda Municipal, afirmou desconhecer as circunstâncias do último concurso e explicou que a reprovação de candidatos na avaliação psicológica foi realizada pela empresa contratada para executar os exames, não sendo uma decisão direta da instituição responsável pelo concurso. Declarou não acreditar que tenha ocorrido perseguição às mulheres, mas reconheceu que,

caso tenham sido aplicados critérios físicos inadequados, a situação deveria ser questionada. A vereadora, em seguida, destacou o trabalho desenvolvido pelo integrante da Equipe Maria da Penha, Azevedo, e agradeceu, em nome das mulheres do município, pela proximidade e pelo atendimento prestado pela corporação. O secretário agradeceu o reconhecimento em nome da equipe.

O vereador Henrique Balseiros solicitou atualização sobre a emenda de R$ 60 mil anteriormente destinada à Secretaria de Defesa Social, inicialmente relacionada à aquisição de equipamentos de giroflex e posteriormente direcionada à compra de equipamentos de proteção para a Guarda Municipal. Também pediu informações sobre o trabalho preventivo desenvolvido pelo canil da Guarda Municipal nas escolas, especialmente as apresentações realizadas com os cães, seus objetivos e os resultados observados junto às crianças.

O secretário informou que a emenda parlamentar estava praticamente concluída, tendo possibilitado a aquisição de placas balísticas e de outros equipamentos necessários à Guarda Municipal. Acrescentou que a prestação de contas seria encaminhada à Câmara. Sobre o canil, explicou que houve uma reorganização dos integrantes por iniciativa da própria corporação, com apoio da Secretaria. Informou que a equipe continua realizando apresentações e demonstrações nas escolas, quando solicitada, mas que a mudança também busca ampliar a presença do canil nas ruas, especialmente na região central, contribuindo para o patrulhamento e a segurança pública.

Na sequência, o vereador Henrique Balseiros solicitou que o secretário também respondesse à questão dos alagamentos, anteriormente apresentada pela vereadora Graziela Costa Leite. O secretário esclareceu que a Defesa Civil possui cadastramento dos imóveis e das regiões que apresentam problemas relacionados ao acúmulo de água. Ressaltou, contudo, que a atuação da equipe se concentra na avaliação dos imóveis, no atendimento emergencial, no socorro e na retirada de pessoas e bens quando necessário, enquanto as obras e intervenções estruturais dependem da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) e dos demais setores competentes.

O vereador Antônio Moreira Sobrinho apresentou uma demanda dos moradores do bairro Porto Seguro, relacionada à Rua das Palmas, que constitui uma das principais vias de acesso e circulação da região. Relatou que o estacionamento de caminhões nos dois lados da via, especialmente em um trecho de curva, compromete a visibilidade e representa risco para motoristas e crianças que circulam pelo local. Informou que já havia encaminhado diversos ofícios solicitando a demarcação de um dos lados da rua para proibir o estacionamento. Também cobrou providências em relação à demarcação das vagas de estacionamento nas proximidades da Paróquia São Roque, no bairro Nações, conforme solicitação anteriormente apresentada por meio de ofício conjunto com o padre Tom.

O secretário informou que a solicitação referente à Paróquia São Roque seria atendida, mas esclareceu que as chuvas estavam dificultando a execução dos serviços de pintura viária, não sendo possível estabelecer uma data. Sobre a Rua das Palmas, solicitou manifestação do diretor do Departamento de Trânsito, Rodrigo, que explicou que a via se conecta à Rua das Avencas e à Avenida 9 de Julho, sendo necessário realizar uma intervenção abrangendo todo o trecho, por se tratar de ruas estreitas. Informou que a região receberá tratamento específico, embora ainda não estivesse definida a solução técnica, que poderá envolver proibição de estacionamento e novas demarcações. Garantiu, entretanto, que o serviço será realizado.

O vereador Rogério dos Santos Filho questionou inicialmente a existência de linhas de transporte coletivo com horários posteriores às 23 horas, relatando a situação de uma trabalhadora que encerra sua jornada às 23h15 e enfrenta dificuldades para retornar para casa. Também solicitou informações sobre a adesão dos comerciantes ao projeto de vigilância comunitária e compartilhamento de imagens com a Guarda Municipal.

Em seguida, abordou as condições de trabalho dos guardas municipais, destacando a importância das emendas parlamentares destinadas à aquisição de equipamentos, veículos, armamentos e à capacitação dos servidores. Questionou a possibilidade de utilização de estudos técnicos para identificar lombadas instaladas irregularmente e melhorar a segurança viária, especialmente para pedestres, crianças e idosos. Também solicitou informações sobre os furtos registrados na região central, questionando se a Secretaria possui levantamento sobre o perfil dos responsáveis e sobre as medidas adequadas para enfrentar o problema. Abordou, ainda, a existência de legislação municipal relacionada à restrição de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, conhecida como Lei Seca, e questionou o planejamento para sua aplicação.

O vereador também perguntou sobre a existência de plano de carreira para a Guarda Municipal, utilizando os municípios de Itu e Indaiatuba como referências. Por fim, manifestou preocupação com a prevenção de acidentes envolvendo cães de grande porte, especialmente aqueles que exigem o uso de focinheira, e questionou a atuação municipal diante da legislação estadual sobre o tema. Ao encerrar, parabenizou o trabalho da Equipe Maria da Penha, especialmente de Azevedo e Eliene, destacando as visitas realizadas às mulheres acompanhadas pela equipe e a importância do atendimento preventivo.

O secretário respondeu que o último ônibus tem saída prevista às 23 horas da rodoviária, podendo ocorrer pequenos atrasos quando o veículo aguarda a chegada de linhas que fazem integração no terminal. Explicou que a ampliação dos horários precisa considerar a coletividade e a organização geral do sistema de transporte.

Sobre a vigilância comunitária, informou que comerciantes têm procurado a Guarda Municipal para aderir ao compartilhamento de imagens e reiterou a disponibilidade da Secretaria para participar de reuniões com estabelecimentos comerciais e moradores de quaisquer bairros interessados. Quanto às emendas destinadas à corporação, afirmou que todas são bem-vindas e que os recursos serão utilizados para melhorar as condições de trabalho dos servidores, acrescentando que uma das destinações mencionadas pelo vereador ainda seria recebida e executada posteriormente.

Em relação aos furtos na região central, afirmou que os registros envolvem tanto pessoas em situação de rua quanto indivíduos que praticam crimes buscando oportunidades e estabelecimentos com pouca segurança. Ressaltou que muitos dos autores identificados são moradores do próprio município. Sobre as lombadas, reconheceu que existem equipamentos instalados sem estudos técnicos adequados, possivelmente em atendimento a solicitações políticas anteriores, mas afirmou que a Secretaria não pretende concentrar esforços na retirada dessas estruturas, buscando melhorar o planejamento e atender às novas demandas conforme a disponibilidade de recursos.

Quanto ao plano de carreira, informou que a proposta deverá ser elaborada com estudos e participação dos próprios integrantes da Guarda Municipal, considerando que uma iniciativa da Administração anterior está sendo questionada judicialmente. Ressaltou a necessidade de construir um plano que contemple os servidores, mas que também considere os limites financeiros e a estrutura do quadro de pessoal. Explicou que os guardas municipais contratados pelo regime celetista permanecem em atividade até a idade-limite de aposentadoria, diferentemente de outras estruturas em que os servidores possuem regime estatutário e regras distintas de carreira. Acrescentou que a realização de horas extras depende da concordância dos servidores e que a Administração tem procurado liberar os recursos necessários para manter o policiamento, especialmente no período noturno.

Sobre o uso de focinheiras, declarou desconhecer a existência de regulamentação municipal específica e questionou as dificuldades práticas de fiscalização da legislação, especialmente quanto à identificação dos responsáveis e à aplicação de penalidades. Em relação à Lei Seca, afirmou que considera a proposta favorável, por entender que a definição de horários de encerramento de estabelecimentos poderia contribuir para reduzir os transtornos causados aos moradores, embora reconheça que a medida é objeto de questionamentos sobre sua constitucionalidade.

Ao final das manifestações, o vereador Clayton Aparecido dos Santos informou que havia recebido um abaixo-assinado dos moradores do bairro Barnabé solicitando melhorias no atendimento do transporte público. Comunicou que encaminharia o documento oficialmente à Secretaria de Defesa Social para análise. O secretário agradeceu o encaminhamento da demanda.

Nas considerações finais, o secretário Nicolau Iusif Santarém agradeceu aos vereadores pela recepção e pelo espaço concedido para a apresentação dos trabalhos da Secretaria. Manifestou preferência pelo diálogo direto, pela apresentação de cobranças e pelo recebimento de críticas pessoalmente, ressaltando que permanece disponível para atender os parlamentares e prestar esclarecimentos sobre as demandas da pasta.

Na sequência, manifestou discordância em relação a comentários anteriormente divulgados sobre sua atuação, especialmente afirmações de que seria um secretário que não sairia de sua cadeira, que se limitaria a apresentar dificuldades ou que não atuaria adequadamente diante de problemas envolvendo pessoas em situação de rua. Em resposta, relatou sua trajetória profissional como delegado de polícia em Salto, destacando que, durante o exercício da função, participava pessoalmente de operações noturnas e do policiamento, inclusive em períodos nos quais havia poucos policiais disponíveis. Afirmou que sempre procurou trabalhar diretamente nas atividades de sua responsabilidade e que considera inadequadas manifestações que, em sua avaliação, são feitas para obter repercussão nas redes sociais ou na imprensa.

O secretário ressaltou que está aberto ao diálogo com os vereadores, atende às solicitações e procura apresentar respostas mesmo quando não é possível executar determinada medida. Também manifestou disposição para receber contribuições sobre alternativas para enfrentar as dificuldades da Secretaria, especialmente quanto à obtenção de recursos e à destinação de emendas parlamentares. Reiterou, por fim, que eventuais limitações de execução não decorrem de falta de interesse em solucionar os problemas, mas das dificuldades administrativas, técnicas e financeiras enfrentadas pela pasta.

Análise Comparativa da Prestação de Contas

Tabela Comparativa de Indicadores com Variação Semestral

Secretaria da Defesa Social

1º semestre de 2026		2º semestre de 2026	
Indicador	**Valor**	**Valor**	**Unidade de medida**
Guarda Civil Municipal			
Acidentes de trânsito com vítima	29	30	Unidade
Acidentes de trânsito sem vítima	33	28	Unidade
Acionamento SOS – Botão do Pânico	33	18	Unidade
Ameaças	5	11	Unidade
Animal em local de risco	34	36	Unidade
Apreensão de objeto (narcóticos)	1	1	Unidade
Apoio à Ambulância	54	56	Unidade
Apoio à Evento	118	146	Unidade
Apoio ao Ministério Público	81	13	Unidade
Apoio à Polícia Civil	18	16	Unidade
Apoio à Polícia Militar	5	8	Unidade
Apoio ao Judiciário	31	34	Unidade

Averiguações	732	858	Unidade
Averiguações de trânsito	215	216	Unidade
Autos de Infração de trânsito	75	55	Unidade
Auto Lesão	6	10	Unidade
Ato infracional – tráfico de drogas	8	9	Unidade
Captura de procurado	31	34	Unidade
Ocorrências de desinteligência	67	35	Unidade
Ocorrências de Furto	62	70	Unidade
Localização e apreensão de veículos	17	13	Unidade
Perturbação do sossego público	119	152	Unidade
Posse ou porte de entorpecente	7	6	Unidade
Ocorrências de Roubo	11	7	Unidade
Recolhimentos de veículos	200	212	Unidade
Tráfico de drogas	42	48	Unidade
Violência Doméstica	50	48	Unidade
Equipe Anjos da Vida			
Palestras	47	4	Unidade
Alunos	576	150	Unidade
Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Público			
Cartões de estacionamento de idosos emitidos	378	302	Unidade
Cartões de estacionamento de PCD emitidos	154	184	Unidade
Alvarás emitidos para Vans	76	14	Unidade
Alvarás emitidos para Táxis	40	20	Unidade
ZONA AZUL			
Repasses de créditos do estacionamento rotativo	412.727,87	408.734,71	R$
Multas de trânsito			
Multas aplicadas	5.290	6.056	Unidade
Multas aplicadas	218.197,37	895.785,85	R$
Carros recolhidos	200	376	Unidade
Sinalização viária - Tinta quente	3.200	1.360	M²
Sinalização viária - Tinta Fria	5.300	9.120	M²
Carros abandonados	16	4	Unidade
Blitz Educativa - com a participação da Via Appia e Detran	8	9	Unidade
Transporte Público			
Quantidade de ônibus	42	42	Unidade
Linhas	13	13	Unidade
Pontos de ônibus	524	524	Unidade
Abrigos	231	231	Unidade
Valor custo empresa	5.459.429,31	5.183.776,63	R$
Valor pago Prefeitura	4.663.681,16	4.878.120,06	R$
Junta Militar			
Alistamento	1.126	0	Unidade
Defesa Civil			
Atendimento sobre remoção de abelhas	13	1	Unidade
Queda de árvores	7	5	Unidade
Vistorias em áreas de risco	9	19	Unidade
Fogo em vegetação	9	20	Unidade
Vistorias em imóveis/pontes	13	19	Unidade

Apoio a eventos	2	4	Unidade
Total de ocorrências	53	-	Unidade
Apoio a CPFL	-	1	Unidade
Alagamentos	-	13	Unidade

Análise dos dados:

No âmbito da Guarda Civil Municipal, observa-se aumento no número de acidentes de trânsito com vítima, de 29 para 30 ocorrências, correspondente a uma variação de 1 ocorrência (3,45%). Em sentido contrário, os acidentes sem vítima passaram de 33 para 28, redução de 5 ocorrências (15,15%). O acionamento do SOS – Botão do Pânico diminuiu de 33 para 18 registros, uma redução de 15 ocorrências (45,45%). Já os registros de ameaças aumentaram de 5 para 11, variação de 6 ocorrências (120%), enquanto os atendimentos relacionados a animais em local de risco passaram de 34 para 36, aumento de 2 registros (5,88%). A apreensão de objetos relacionados a narcóticos permaneceu estável, com 1 registro em cada semestre.

Os atendimentos de apoio à ambulância aumentaram de 54 para 56, variação de 2 registros (3,70%). O apoio a eventos passou de 118 para 146, acréscimo de 28 registros (23,73%). Em contrapartida, o apoio ao Ministério Público apresentou redução de 81 para 13 registros, diferença de 68 ocorrências (83,95%). O apoio à Polícia Civil diminuiu de 18 para 16 registros, redução de 2 (11,11%), enquanto o apoio à Polícia Militar aumentou de 5 para 8, acréscimo de 3 (60%). O apoio ao Judiciário passou de 31 para 34 registros, aumento de 3 (9,68%).

As averiguações aumentaram de 732 para 858, acréscimo de 126 registros (17,21%). As averiguações de trânsito passaram de 215 para 216, mantendo valores próximos, com aumento de 1 registro (0,47%). Os autos de infração de trânsito diminuíram de 75 para 55, redução de 20 registros (26,67%). Os registros de autolesão passaram de 6 para 10, aumento de 4 ocorrências (66,67%), enquanto os atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas aumentaram de 8 para 9, variação de 1 registro (12,50%).

A captura de procurados aumentou de 31 para 34 registros, acréscimo de 3 (9,68%). As ocorrências de desinteligência diminuíram de 67 para 35, redução de 32 registros (47,76%). Os registros de furto aumentaram de 62 para 70, acréscimo de 8 (12,90%). A localização e apreensão de veículos passou de 17 para 13 registros, redução de 4 (23,53%). A perturbação do sossego público aumentou de 119 para 152 registros, diferença de 33 ocorrências (27,73%). A posse ou o porte de entorpecentes diminuiu de 7 para 6 registros, redução de 1 (14,29%), enquanto as ocorrências de roubo passaram de 11 para 7, redução de 4 (36,36%).

Os recolhimentos de veículos aumentaram de 200 para 212 registros, variação de 12 (6%). Os registros de tráfico de drogas passaram de 42 para 48, aumento de 6 ocorrências (14,29%). A violência doméstica apresentou redução de 50 para 48 registros, diferença de 2 ocorrências (4%).

Entre os indicadores da Guarda Civil Municipal, as averiguações concentraram os maiores quantitativos nos dois períodos, com 732 registros no primeiro semestre e 858 no segundo. No segundo semestre, também se destacaram as averiguações de trânsito, com 216 registros, os recolhimentos de veículos, com 212, e a perturbação do sossego público, com 152. As maiores variações absolutas de aumento foram observadas nas averiguações, com 126 registros adicionais, e no apoio a eventos, com 28. Entre as reduções, destacaram-se o apoio ao Ministério Público, com 68 registros a menos, as ocorrências de desinteligência, com redução de 32, e os acionamentos do SOS – Botão do Pânico, com redução de 15.

Os dados demonstram comportamentos distintos entre os indicadores, sem caracterizar uma tendência geral de crescimento ou redução das atividades da Guarda Civil Municipal. Destacam-se alterações pontuais de maior magnitude, especialmente a redução do apoio ao Ministério Público e o aumento das averiguações.

A Equipe Anjos da Vida registrou redução no número de palestras, de 47 no primeiro semestre para 4 no segundo, diferença de 43 atividades, correspondente a uma diminuição de 91,49%. O número de alunos participantes passou de 576 para 150, redução de 426 participantes (73,96%). Os dois indicadores apresentaram redução no segundo período, com variações percentuais superiores a 70%.

No Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Público, a emissão de cartões de estacionamento para idosos diminuiu de 378 para 302 unidades, redução de 76 cartões (20,11%). Em sentido contrário, a emissão de cartões destinados a pessoas com deficiência (PCD) aumentou de 154 para 184 unidades, acréscimo de 30 cartões (19,48%).

A emissão de alvarás para vans passou de 76 para 14 unidades, redução de 62 documentos (81,58%). Para táxis, os alvarás emitidos diminuíram de 40 para 20 unidades, redução de 20 documentos (50%). Assim, os quatro indicadores apresentaram redução ou aumento isolado, com predominância de diminuição nos quantitativos de emissões, exceto nos cartões destinados a pessoas com deficiência.

Os repasses de créditos do estacionamento rotativo passaram de R$ 412.727,87 no primeiro semestre para R$ 408.734,71 no segundo semestre. A diferença corresponde a uma redução de R$ 3.993,16, equivalente a aproximadamente 0,97%. Os valores permaneceram próximos entre os períodos, com pequena variação em relação ao montante registrado anteriormente.

O número de multas aplicadas aumentou de 5.290 para 6.056 unidades, acréscimo de 766 multas (14,48%). Em relação aos valores monetários apresentados para o mesmo indicador, o montante passou de R$ 218.197,37 para R$ 895.785,85, representando aumento de R$ 677.588,48, equivalente a aproximadamente 310,54%.

A comparação entre os dois indicadores demonstra que o número de multas aumentou 14,48%, enquanto o valor monetário registrado apresentou variação de aproximadamente 310,54%. Portanto, o crescimento do montante financeiro foi proporcionalmente superior ao crescimento da quantidade de multas aplicadas.

O número de carros recolhidos passou de 200 para 376 unidades, aumento de 176 veículos (88%). A sinalização viária executada com tinta quente diminuiu de 3.200 m² para 1.360 m², redução de 1.840 m² (57,50%). Em contrapartida, a sinalização com tinta fria aumentou de 5.300 m² para 9.120 m², acréscimo de 3.820 m² (72,08%).

Os registros de carros abandonados diminuíram de 16 para 4 unidades, redução de 12 registros (75%). As blitzes educativas realizadas com participação da Via Appia e do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) passaram de 8 para 9 unidades, aumento de 1 atividade (12,50%).

Na comparação entre os indicadores, observa-se que os carros recolhidos apresentaram aumento de 88%, enquanto os carros abandonados registraram redução de 75%. Também se verifica alteração na composição da sinalização viária: a utilização de tinta quente diminuiu, enquanto a de tinta fria aumentou. Consideradas conjuntamente, as áreas sinalizadas passaram de 8.500 m² para 10.480 m², acréscimo de 1.980 m² (23,29%).

Os indicadores estruturais do transporte público permaneceram estáveis entre os dois semestres. A quantidade de ônibus foi de 42 unidades em ambos os períodos, assim como o número de linhas, que permaneceu em 13. Os pontos de ônibus mantiveram-se em 524 unidades, enquanto os abrigos permaneceram em 231 unidades.

Em relação aos valores financeiros, o custo da empresa responsável pelo transporte público passou de R$ 5.459.429,31 para R$ 5.183.776,63, redução de R$ 275.652,68 (5,05%). Já o valor pago pela Prefeitura aumentou de R$ 4.663.681,16 para R$ 4.878.120,06, acréscimo de R$ 214.438,90 (4,60%).

Observa-se, portanto, estabilidade nos quantitativos de ônibus, linhas, pontos e abrigos, acompanhada de comportamentos distintos nos indicadores financeiros: redução do custo informado da

empresa e aumento do valor pago pela Prefeitura. No primeiro semestre, a diferença entre o custo da empresa e o valor pago pela Prefeitura foi de R$ 795.748,15. No segundo semestre, essa diferença passou para R$ 305.656,57, redução de R$ 490.091,58 (61,59%).

A comparação desses valores descreve apenas a diferença entre os montantes informados na tabela, não permitindo determinar, isoladamente, a composição dos custos, os critérios de pagamento ou eventuais valores complementares.

O indicador de alistamento militar apresenta 1.126 registros no primeiro semestre e nenhum registro informado no segundo semestre, representado pelo valor zero. A diferença corresponde a 1.126 registros, ou redução de 100% em relação ao primeiro período. A tabela não apresenta outros indicadores da Junta Militar que permitam estabelecer comparações adicionais.

Na Defesa Civil, os atendimentos relacionados à remoção de abelhas diminuíram de 13 para 1 registro, redução de 12 ocorrências (92,31%). As ocorrências de queda de árvores passaram de 7 para 5, redução de 2 (28,57%). Em contrapartida, as vistorias em áreas de risco aumentaram de 9 para 19, acréscimo de 10 registros (111,11%).

Os registros de fogo em vegetação passaram de 9 para 20, aumento de 11 ocorrências (122,22%). As vistorias em imóveis e pontes aumentaram de 13 para 19, acréscimo de 6 (46,15%). O apoio a eventos passou de 2 para 4 registros, duplicando o quantitativo anterior, com aumento de 100%.

O indicador de total de ocorrências apresenta 53 registros no primeiro semestre, enquanto o segundo semestre está identificado por um traço, sem valor numérico informado. Dessa forma, não é possível calcular a variação percentual do total entre os períodos.

No segundo período, foram acrescentados à relação os indicadores de apoio à CPFL, com 1 registro, e alagamentos, com 13 registros, ambos sem valores correspondentes no primeiro semestre. A ausência de valores anteriores impede calcular suas respectivas variações.

Entre os indicadores da Defesa Civil, destacam-se os aumentos de fogo em vegetação, de 9 para 20 registros, e de vistorias em áreas de risco, de 9 para 19. Em sentido contrário, os atendimentos relacionados à remoção de abelhas passaram de 13 para 1, constituindo a maior redução percentual entre os indicadores apresentados nessa área.

A comparação dos dados demonstra comportamentos distintos entre as áreas da Secretaria da Defesa Social. Na Guarda Civil Municipal, houve aumento em indicadores como averiguações, apoio a eventos e perturbação do sossego público, enquanto outros apresentaram redução, especialmente apoio ao

Ministério Público, desinteligência e acionamentos do SOS – Botão do Pânico. Na Equipe Anjos da Vida, os dois indicadores apresentados registraram redução. No Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Público, houve diminuição na emissão de cartões para idosos e alvarás, acompanhada de aumento na emissão de cartões para pessoas com deficiência.

No conjunto de indicadores relacionados ao trânsito, observa-se aumento na quantidade de multas aplicadas, de 5.290 para 6.056, e no respectivo valor monetário, de R$ 218.197,37 para R$ 895.785,85. Também houve aumento na quantidade de carros recolhidos e na área de sinalização executada com tinta fria, enquanto a sinalização com tinta quente apresentou redução. No transporte público, os indicadores de infraestrutura permaneceram estáveis, ao passo que os valores financeiros apresentaram variações em sentidos opostos.

Na Defesa Civil, os dados apresentam aumento em quatro dos seis indicadores que possuem valores comparáveis entre os períodos: vistorias em áreas de risco, fogo em vegetação, vistorias em imóveis e pontes e apoio a eventos. Os outros dois indicadores, remoção de abelhas e queda de árvores, registraram redução.

Quanto às alterações de maior magnitude, destacam-se a redução de 83,95% nos registros de apoio ao Ministério Público pela Guarda Civil Municipal; a diminuição de 91,49% nas palestras da Equipe Anjos da Vida; a redução de 81,58% nos alvarás emitidos para vans; o aumento de 310,54% no valor monetário das multas aplicadas; e o aumento de 122,22% nos registros de fogo em vegetação da Defesa Civil.

Quanto à estabilidade, destacam-se a quantidade de ônibus, linhas, pontos e abrigos do transporte público, que permaneceram com os mesmos quantitativos nos dois períodos, além da apreensão de objetos relacionados a narcóticos pela Guarda Civil Municipal, que registrou uma unidade em cada semestre.

Quanto às inconsistências e limitações dos dados, identificam-se alguns pontos que merecem registro. Na Defesa Civil, o total de ocorrências do segundo semestre não foi informado, embora os indicadores discriminados permitam obter uma soma de 82 registros. No primeiro semestre, a soma dos indicadores discriminados corresponde a 53, coincidindo com o total apresentado. No segundo semestre, há também dois indicadores adicionais, apoio à CPFL e alagamentos, sem valores correspondentes no primeiro período.

No indicador de alistamento da Junta Militar, o segundo semestre apresenta valor zero, enquanto o primeiro registra 1.126 unidades. A tabela não esclarece se o valor zero representa ausência de registros

ou outra condição de apuração. No caso das multas de trânsito, existem duas linhas com a mesma denominação, uma expressa em quantidade de multas e outra em reais. Embora sejam indicadores distintos, a identificação poderia ser diferenciada para evitar ambiguidades na leitura.

Por fim, os valores financeiros do transporte público apresentam diferenças entre o custo informado da empresa e o valor pago pela Prefeitura nos dois períodos. A tabela não apresenta informações adicionais que permitam identificar a composição dessas diferenças. Da mesma forma, as variações expressivas observadas em alguns indicadores não possuem informações complementares que permitam determinar suas causas.

De modo geral, os dados evidenciam oscilações entre os semestres, com aumentos, reduções e estabilidade distribuídos entre as diferentes áreas da Secretaria da Defesa Social. As variações identificadas são pontuais e específicas de cada indicador, não sendo possível estabelecer, a partir dos dois períodos apresentados, uma tendência uniforme para o conjunto das atividades da Secretaria. A causa das alterações não pode ser determinada exclusivamente com base nos dados apresentados.

Encaminhamentos finais:

Indicamos ao Poder Executivo que dê andamento aos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para a concessão do serviço municipal de remoção e guarda de veículos, contemplando a definição do modelo de contratação, a estrutura necessária para armazenamento e os procedimentos para realização de leilões dos veículos não reclamados, considerando a estimativa de aproximadamente 600 veículos abandonados no município e as dificuldades enfrentadas pela Administração para utilizar os pátios credenciados pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Indicamos ao Poder Executivo que intensifique a fiscalização de caminhões, carretas, reboques e demais veículos abandonados ou estacionados irregularmente em vias públicas, especialmente nos bairros Nações, Marília, São Judas, Nova Era, Madre Paulínia e nas demais regiões que apresentam reclamações recorrentes, mediante identificação e notificação dos proprietários e adoção das providências administrativas cabíveis.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a atualização da legislação municipal referente à atividade dos taxistas, especialmente quanto à possibilidade de utilização de diferentes pontos de estacionamento autorizados, permitindo maior flexibilidade na prestação do serviço em locais de maior circulação de passageiros, sem prejuízo da organização e da fiscalização da atividade.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a ampliação do efetivo da Guarda Civil Municipal e dos agentes de trânsito, considerando as necessidades de patrulhamento, fiscalização e atendimento das ocorrências registradas no município, bem como a previsão de realização de concurso público no primeiro semestre do próximo ano, conforme informado pela Secretaria de Defesa Social.

Indicamos ao Poder Executivo que promova estudos para a elaboração de um plano de carreira para os integrantes da Guarda Civil Municipal, com participação dos representantes da corporação, contemplando critérios de progressão funcional, desenvolvimento profissional e valorização dos servidores, observados os limites financeiros e as características do regime de contratação vigente.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a possibilidade de instituir assistência jurídica institucional aos guardas municipais que respondam a procedimentos administrativos ou processos judiciais decorrentes de ocorrências relacionadas ao exercício regular de suas funções, mediante estudo conjunto das Secretarias de Defesa Social e de Governo e do setor jurídico municipal.

Indicamos ao Poder Executivo que dê continuidade à implantação do sistema de compartilhamento de imagens de câmeras de estabelecimentos comerciais com a Guarda Civil Municipal, promovendo a regulamentação, a adesão dos interessados e a integração dos equipamentos ao sistema de monitoramento, conforme o projeto apresentado pela Secretaria, que prevê inicialmente o acompanhamento de 136 faixas de monitoramento.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a viabilidade técnica e financeira da implantação de câmeras corporais para os integrantes da Guarda Civil Municipal, considerando os custos de aquisição, manutenção, operação, treinamento e armazenamento das imagens, de modo a permitir o planejamento da eventual implementação do sistema.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a elaboração de estudo técnico sobre os critérios de avaliação física aplicados nos concursos públicos para ingresso na Guarda Civil Municipal, considerando as diferenças fisiológicas entre os candidatos e a necessidade de estabelecer parâmetros adequados às atribuições do cargo, bem como de ampliar a participação feminina na corporação.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça a atuação da Equipe Maria da Penha, assegurando condições adequadas para a realização das visitas preventivas às aproximadamente 400 mulheres acompanhadas pela Guarda Civil Municipal, bem como a estrutura necessária para a instalação da equipe no prédio da Secretaria de Ação Social, conforme anunciado pela Secretaria de Defesa Social.

Indicamos ao Poder Executivo que promova a integração entre a Guarda Civil Municipal, a Secretaria de Ação Social e os demais órgãos da rede municipal de proteção às mulheres, estabelecendo procedimentos de encaminhamento e acompanhamento dos casos de violência doméstica, especialmente das vítimas que ainda não possuem medidas protetivas, de modo a facilitar o acesso aos serviços de acolhimento, orientação e proteção social.

Indicamos ao Poder Executivo que amplie as ações educativas de prevenção à violência doméstica e ao feminicídio, por meio de palestras e orientações realizadas pela Equipe Maria da Penha em escolas, empresas, instituições e demais espaços públicos, divulgando os canais de denúncia e a importância do registro das ocorrências e da solicitação de medidas protetivas de urgência.

Indicamos ao Poder Executivo que realize levantamento técnico das solicitações de implantação de lombadas e demais dispositivos de redução de velocidade, considerando as aproximadamente 60 demandas informadas pela Secretaria, com priorização dos locais que apresentam riscos à circulação de pedestres, crianças e idosos e maior necessidade de intervenções para segurança viária.

Indicamos ao Poder Executivo que providencie a manutenção e a correção da sinalização viária horizontal e vertical nas vias públicas, priorizando placas de identificação danificadas, posicionadas incorretamente ou com baixa visibilidade, bem como a manutenção das faixas de pedestres, divisões de pistas e demais demarcações necessárias à segurança do trânsito.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a implantação de medidas de organização do estacionamento na Rua das Palmas, no bairro Porto Seguro, especialmente no trecho em curva onde o estacionamento de caminhões nos dois lados da via compromete a visibilidade e a circulação de veículos e pedestres, bem como providencie a demarcação das vagas nas proximidades da Paróquia São Roque, no bairro Nações.

Indicamos ao Poder Executivo que dê andamento à elaboração e à publicação do ato administrativo necessário para autorizar o estacionamento nos dois lados da Avenida 9 de Julho durante o período de funcionamento ampliado do comércio nas campanhas de Natal, conforme manifestação favorável da Secretaria de Defesa Social e encaminhamento à Assessoria Técnico-Legislativa.

Indicamos ao Poder Executivo que solicite à empresa concessionária do transporte coletivo a apresentação de estudo atualizado sobre a demanda de passageiros, a quilometragem percorrida, a distribuição dos horários e a necessidade de ampliação das linhas, contemplando especialmente o atendimento aos bairros Barnabé e Smart City e a revisão dos horários de circulação no período noturno.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a possibilidade de adequar os horários do transporte coletivo para atender trabalhadores que encerram suas jornadas após as 23 horas, considerando a demanda apresentada por usuários que enfrentam dificuldades de deslocamento após a saída do último ônibus da rodoviária.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a ampliação e a instalação de abrigos nos pontos de ônibus que ainda não dispõem dessa estrutura, priorizando os locais com maior circulação de passageiros e exposição às condições climáticas, considerando que o município possui 524 pontos de ônibus e 231 abrigos.

Indicamos ao Poder Executivo que apresente, nas próximas prestações de contas da Secretaria de Defesa Social, demonstrativo detalhado dos custos do transporte coletivo, discriminando os valores calculados pela empresa concessionária, os pagamentos realizados pela Prefeitura, a quilometragem percorrida, a quantidade de passageiros transportados e os critérios utilizados para apuração do subsídio municipal.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça as ações preventivas da Defesa Civil em áreas sujeitas a alagamentos, especialmente na região do Campo da Avenida e nos bairros Maracajá e Arquidiocesano, utilizando o cadastramento de imóveis e das áreas vulneráveis para identificar os pontos críticos e encaminhar às secretarias competentes as intervenções necessárias para melhorar a drenagem e as condições de circulação.

Indicamos ao Poder Executivo que dê continuidade à elaboração e à implementação do Plano de Contingência da Defesa Civil, assegurando a definição das responsabilidades dos órgãos municipais, dos procedimentos de atendimento emergencial e dos protocolos de atuação em situações de alagamentos, incêndios e demais ocorrências que representem riscos à população.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie o reforço das ações preventivas de fiscalização e orientação em áreas com registros recorrentes de incêndios em vegetação, considerando o aumento de 9 para 20 ocorrências entre os semestres, bem como a realização de campanhas de conscientização e a preparação das equipes para atendimento dessas situações.

Indicamos ao Poder Executivo que assegure condições de continuidade às atividades da Equipe Anjos da Vida nas escolas municipais, com estrutura de pessoal que permita manter a regularidade das palestras e ações educativas, considerando a redução de 47 para 4 palestras e de 576 para 150 alunos atendidos entre os semestres, registrada durante o afastamento de uma integrante da equipe.

Indicamos ao Poder Executivo que apresente, nas próximas prestações de contas da Secretaria de Defesa Social, demonstrativo mais detalhado da execução orçamentária da pasta, discriminando os recursos previstos, empenhados, liquidados e pagos por área de atuação, especialmente Guarda Civil Municipal, Departamento de Trânsito, Defesa Civil e programas preventivos, permitindo acompanhar a destinação dos recursos e identificar as necessidades de investimento.

Indicamos à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo que avalie a ampliação da estrutura de atendimento da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) no município de Salto, considerando os registros de violência doméstica e feminicídios mencionados durante a prestação de contas da Secretaria Municipal de Defesa Social, bem como a necessidade de garantir atendimento adequado às mulheres vítimas de violência, especialmente àquelas que ainda não possuem medidas protetivas.

Indicamos à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo que avalie a ampliação do efetivo das Polícias Civil e Militar em Salto, considerando as ocorrências de furtos, roubos, tráfico de drogas e violência doméstica registradas no município, bem como a necessidade de fortalecer o policiamento preventivo e as ações de enfrentamento à criminalidade nos bairros.

Indicamos à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo que promova, em articulação com a Polícia Civil e a Polícia Militar, o fortalecimento dos mecanismos de integração com a Guarda Civil Municipal e a Equipe Maria da Penha, especialmente no compartilhamento de informações e no acompanhamento de situações de risco envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica, inclusive nos casos em que ainda não tenham sido concedidas medidas protetivas.

Indicamos à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo que avalie a possibilidade de oferecer cooperação técnica e institucional ao município de Salto para a implantação de câmeras corporais na Guarda Civil Municipal, incluindo apoio à aquisição dos equipamentos, capacitação dos profissionais e estrutura necessária para armazenamento das imagens.

Indicamos ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) que avalie medidas destinadas a ampliar a capacidade de recebimento dos pátios credenciados na região de Salto, bem como agilizar os procedimentos de avaliação e leilão dos veículos recolhidos que permanecem armazenados, considerando que a superlotação dos pátios foi apontada como um dos principais obstáculos para a remoção de veículos abandonados nas vias públicas do município.

Indicamos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que informe a disponibilidade de programas federais de apoio técnico e financeiro destinados à aquisição e implantação de câmeras

corporais para guardas municipais, incluindo recursos para equipamentos, manutenção, armazenamento das imagens e capacitação dos profissionais.

Indicamos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que informe a possibilidade de inclusão do município de Salto em programas federais de transferência de recursos e modernização da segurança pública, especialmente para aquisição de equipamentos de proteção individual, instrumentos de menor potencial ofensivo, tecnologias de monitoramento e equipamentos operacionais destinados à Guarda Civil Municipal.

Todas as informações sobre a Prestação de Contas constam no site da Câmara no seguinte link: https://www.camarasalto.sp.gov.br/politicas-publicas/category/742-prestacao-de-contas-secretaria-de-defesa-social-16-11-2026-10h30

EDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, BENS, SERVIÇOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, SERVIDORES, MEIO AMBIENTE E ADMINISTRAÇÃO

LUZIA DE FÁTIMA IZIDORIO VIDAL
MEMBRO

ARILDO GUADAGNINI
MEMBRO